

## AUTONOMIA: SUPERAÇÃO DOS DANOS MORAIS NA CONTEMPORANEIDADE

*Marco Aurélio de Patrício Ribeiro*

A reflexão sobre autonomia, levantada nesse artigo, está norteadada pela compreensão de fenômenos tanto sociológicos como subjetivos da Psicologia Humana. A necessidade da autonomia surge com a preocupação pela criação de uma sociedade nova, onde os indivíduos possam atingir a felicidade, concretizando seus projetos pessoais e sociais de vida. A autonomia é vista hoje como um pensamento progressista, pois além de formar uma perspectiva crítica dos fenômenos sociais, compromete o cidadão com a luta por uma sociedade solidária e justa, leva ao engajamento em projetos de recuperação do humano, permite o resgate do diálogo e o encontro com o outro. O artigo foi escrito com a convicção que resgatar autonomia na atualidade é condição para a superação dos danos morais presentes na nossa sociedade.

No livro *A Era dos Extremos*, Erick Hobbbsawm dividiu o século XX em três grandes períodos. Fugindo da periodização histórica tradicional, ele propõe o início e o fim do século a partir de acontecimentos marcantes. O marco inicial seria em 1914, com o início da I Guerra Mundial, e o término se daria em 1991 com a dissolução da União Soviética e dos regimes socialistas. Com a decadência do Socialismo, o Capitalismo aparece como vencedor de uma disputa entre modelos e práticas socioeconômicas que atravessaram todo o século.

Esse século ficaria dividido assim: 1914 e 1945: a “era da catástrofe”, período marcado por duas guerras mundiais, pela crise econômica, pelo nazi-fascismo, pelo holocausto e pela bomba atômica. O período seguinte seria a “era do ouro”, aproximadamente entre 1945 e 1973, caracterizado por grande crescimento econômico e possibilidade de democratização, apesar da Guerra Fria. O terceiro período seria a “era

da incerteza”, aproximadamente entre 1973 e 1991, que o autor define como um tempo de “perda total de referências”.

É esse terceiro período que nos interessa. Um tempo marcado pela revolução tecnológica, pela especulação financeira com crescente autonomização do dinheiro, concomitante a uma profunda crise social provocada, principalmente, pela concentração de riquezas e pelo desemprego.

Uma das características fundamentais de nossos dias é a emergência da revolução científico-tecnológica com suas inegáveis contribuições e influência no desenvolvimento de novas formas de produzir e pensar. Robôs e computadores assumem diferentes tarefas antes executadas por operários especializados.

No campo da ciência assistimos a um progresso impressionante. A Engenharia Genética, os supercondutores, a comunicação a distância, a fusão nuclear e a biotecnologia são alguns exemplos da recente capacidade produtiva mundial e da aplicação imediata do conhecimento científico.

Nas diferentes áreas do conhecimento e da compreensão do real, o saber tecnológico adquire *status* como única forma de se chegar a um conhecimento eficaz e verdadeiro. Tornando-se ideologia, a ciência moderna se transforma em fonte de poder e dominação, assumindo papel fundamental no controle social.

O sonho aristotélico de que os autômatos um dia libertassem o homem das tarefas diretamente produtivas para que o ser humano se encaminhasse para atividades cada vez mais criativas e sofisticadas, propiciando-lhe plena felicidade, não se realizou. O desemprego em massa tem sido a grande consequência dessas mudanças, tornando-se ponto-chave para a compreensão de todo o contexto social internacional.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Trata-se aqui do que poderíamos denominar de desemprego estrutural. A nova forma de produzir na sociedade contemporânea libera mão-de-obra, prescinde dos trabalhadores.

Interpretando esse fenômeno, estaríamos diante do surgimento da sociedade pós-industrial com a superação da produção industrial convencional e a emergência de um novo estágio social com o desenvolvimento do setor de serviços, em particular, aqueles ligados à informação. Na ideologia neoliberal o desemprego representaria uma fase transitória de ajustes sociais à nova realidade.

Contrariando essa visão otimista, poder-se-ia afirmar que nos encontramos diante de um novo estágio de acumulação do capital em sua nova fase de globalização da economia.

Esse contexto, já começara nos séculos XV e XVI com as grandes navegações e o descobrimento de novas terras, num processo de expansão e exploração de riquezas naturais de forma nunca vista até então, apesar de todas as contradições e conflitos da empreitada mercantil. Na política, aquela conjuntura econômica iria ensejar o fortalecimento dos Estados Nacionais e do Absolutismo Monárquico.

Até aquele momento, a riqueza vinha das guerras de conquista e da conseqüente exploração e rapina dos povos vencidos. Riquezas obtidas na guerra eram, geralmente, utilizadas na ostentação, na opulência e no esbanjamento. Quando se esgotavam, eram substituídas a partir de uma nova guerra de conquista.

Com o advento da revolução industrial ocorre uma mudança fundamental: parte das riquezas obtidas na guerra vão ser investidas na pesquisa e no desenvolvimento de novas formas de produção.

No final do século XX, as exigências da produção e as demandas da ciência obrigam a repensar os novos papéis da educação em todo esse processo de apropriação e difusão do conhecimento.

A universalização do ensino fundamental surge como necessidade do capital em qualificar a mão-de-obra. Com ele, o processo de urbanização e dos serviços ligados à saúde, habitação e lazer. Num outro polo,

como consequência dessas mudanças no pós-guerra, dá-se a ampliação do ensino universitário.

Nesse contexto, a contradição vivida pelo capital entre explorar e educar os trabalhadores nunca foi tão atual. O Brasil, país periférico na divisão internacional do trabalho, vive a contradição de adestrar o trabalhador para a ação repetitiva ou de educar-lhe para o trabalho criativo, enquanto suas classes dominantes são educadas para a vida através da aquisição do saber universal.

As mudanças e contradições sociais assumem feições próprias na sociedade contemporânea.

O capitalismo, em sua história, tem se caracterizado por um conjunto de contradições. A principal delas, desequilíbrio entre produção de riquezas – acumulação e exclusão social. Nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e a vida cotidiana foi tão facilitada, especialmente pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Ao mesmo tempo, jamais se viu tão grave crescimento da pobreza e separação social entre pobres e ricos.<sup>2</sup>

Emerge desse processo uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que revoluciona a produção, o capitalismo institui como sistema mundial a especulação financeira. O dinheiro adquire *status* de riqueza desvinculado do processo de produção social de mercadorias. Transformado numa espécie de gigantesco cassino, o mercado financeiro mundial transforma dinheiro em mais dinheiro, num processo global de dolarização que varreu da economia o padrão de riquezas baseado em ouro e que obriga todas as economias dos países a utilizarem a moeda norte-americana como padrão de referência.

---

<sup>2</sup> Segundo a revista americana Forbes, setembro/97, os homens mais ricos do mundo tem sua riqueza calculada em bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, segundo dados do UNPD-95, 33% da população dos países em desenvolvimento vivem com menos de 1 dólar por dia. p. 67 ).

Nesse contexto, a riqueza monetária supera a riqueza patrimonial: terra, rebanhos, imóveis e mercadorias tornam-se riqueza secundária, submetida aos ditames da especulação financeira. Transformados em financiamentos, títulos da dívida, juros e hipotecas, os bens patrimoniais perdem autonomia, destronando setores de antigas frações de classe social dominante como latifundiários, especuladores com imóveis e grandes comerciantes. Enquanto isso, o capital financeiro torna-se hegemônico e transforma-se em mola mestra de toda a acumulação capitalista.

As pessoas vivem com intensidade a experiência de ruptura com antigas formas de ver o mundo, tendo que experienciar uma realidade em que a crescente velocidade das mudanças e o grande volume de informações, associados a uma nova relação capital-trabalho e uma competição cada vez mais acentuada, vêm levantando reflexões acerca do efeito desse novo modelo de sociedade na subjetividade humana.

O padrão neoliberal<sup>3</sup> de organização social tem trazido como consequência uma crescente exigência social em relação aos indivíduos que vêm buscando cada vez mais a chamada “competência social” em todos os grupos sociais a que pertencem. Há um crescimento das tensões a olhos vistos no indivíduo e na sociedade. A pessoa humana busca encontrar a si mesma e não consegue, terminando por alienar-se, desprovinando-se de sua individualidade, animalizando-se.

O empobrecimento do planeta é visível, influenciando na perda progressiva das condições de vida digna. Problemas como miséria, desemprego, analfabetismo,

---

<sup>3</sup> A partir da década de 1960 o estado do bem-estar social mostra sinais de desgaste. Na década de 1980 os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, são indicadores de uma nova orientação neoliberal que tende a desinvestir o estado das funções assumidas ao longo do século. É por isso que se encontram no centro do debate questões como a privatização de setores tão diferentes como universidades, prisões, serviços de aposentadorias e empresas estatais.

guerras, devastações ecológicas levam a cada dia mais pessoas a se preocuparem e a desenvolverem estudos e ações no intuito de amenizar o mar de sofrimentos em que o mundo está mergulhado. Essas questões, embora sejam de responsabilidade governamental, também dizem respeito a todos nós, já que instiga-nos a retomar constantemente nossa relação com a sociedade, isto é, a rever o binômio indivíduo/coletividade.

Todas as questões sociais citadas, somadas aos riscos do tecnicismo extremado, à massificação dos meios de comunicação, a ação de grupos sedentos por regimes ditatoriais, dizem respeito à ética. Aliás a ética se aplica a toda e qualquer questão com a qual o indivíduo ou a coletividade sejam chamados a agir ou a se posicionar perante si próprio ou os outros.

Por mais simples que sejam as decisões a serem tomadas, elas envolvem os indivíduos eticamente. Questões como discriminação étnica e sexual, aborto, analfabetismo, eutanásia, violência civil e política, roubo, propaganda ideológica, experiência com embriões, e tantas outras, constituem-se em temáticas éticas reconhecidas universalmente inclusive por instâncias jurídicas.

Apesar da preocupação com questões éticas sempre haver existido, estamos vivenciando uma onda de tantos acontecimentos contrários ao bem-estar da coletividade, de tanto menosprezo pelo humano, que o tema volta a ser dos mais fecundos.

Solidão, estresse, desespero são algumas das características da atual crise éticoexistencial que numa escala crescente aflige os homens. Isto leva, a cada dia, mais pessoas a se preocupar e a desenvolverem esforços no intuito de amenizar o mar de sofrimentos em que estamos mergulhados, investigando seus conflitos psíquicos e éticos-morais.

Muitas análises realizadas sobre o caos moral em que estamos inseridos citam a crise da razão moderna que diz buscar a emancipação do homem mas, contraditoriamente, tornou-se responsável pelo cárcere a que o homem está submetido. A razão não é mais

criticada por negar valores transcendentais — a pátria, a religião, a família, o estado, mas sim pelo seu comprometimento com o poder.

A razão moderna, tecnicista e manipulatória, é uma forma de racionalidade dominante e desumana, que está colocada a mercê da dominação do homem e da natureza, servindo ao poder, respaldando um conceito de ética pragmática, empirista (experimental) e comportamental, confirmando as desigualdades sociais.

Dois caminhos são possíveis a partir dessa constatação: a manutenção de uma ética racional, individualista, competitiva e desagregadora da coesão social, que poderá levar a uma ampliação dos problemas sociais, ou o surgimento de uma outra forma de razão, comunicativa e intersubjetiva (em que o eu e o outro sejam igualmente respeitados), que escape aos reducionismos que estão levando a razão moderna ao colapso e que seja um resgate da situação humana como problema ético

Um conflito está sempre presente no homem atual: aceitar os valores da racionalidade moderna cuja ênfase centra-se no binômio acumular/consumir, cabendo a ele o papel de mero consumidor, ou seja, um elemento a mais na “cadeia alimentar capitalista”, ou buscar conhecer em si seus verdadeiros valores.

A maior parte das pessoas “opta” pelos valores vigentes no sistema hegemônico, talvez por acomodação ou por estar de tal maneira alienado de si no mundo e impregnado por valores que lhe parecem universais e não passíveis de mudança.

Tentativas de mudanças poderiam gerar uma desorganização social, tida como inaceitável e capaz de atrapalhar a evolução “natural” da sociedade. Mudar significaria desorganizar, o que seria uma subversão, afinal *Ordem e Progresso* são as regras norteadoras da vida atual.

A busca por uma ética que rompa com o modelo vigente passa, necessariamente, pelo resgate da pessoa humana como valor fundamental. Torna-se ne-

cessária, no entanto, uma capacidade crítica profunda que possibilite ao indivíduo fazer uma ruptura com valores enraizados em si pela força da cultura, de modo que possa encontrar através de um processo irreversível de subjetivação o seu caráter individual.

Encontrar sua individualidade e conhecer sua subjetividade não possibilitam ainda assimilar uma nova razão, uma nova ética. Somente através de uma postura de abertura para o diálogo e do desenvolvimento da capacidade de buscar o outro, sentindo-nos responsáveis não apenas pela nossa, mas também pela felicidade dos demais, é que atingiremos uma autêntica consciência crítica (não apenas um senso crítico), que nos possibilitará buscar, no campo da individualidade e da socialidade, a superação de toda forma de alienação, para atingirmos uma vida cada vez mais autônoma.

O conceito de felicidade, compreendido aqui como realização, está diretamente ligado ao de subjetividade e de autonomia, pois através da ruptura com a alienação imposta pelo social e a descoberta de que se pode ter projetos de vida próprios e alcançáveis é que o homem atinge a capacidade de conhecer-se como pessoa podendo descobrir-se com desejos próprios que o direcionam no caminho da realização de seus valores pessoais.

### **O Surgimento do Conceito de Autonomia no Indivíduo**

O trabalho realizado por Jean Piaget no estudo da evolução do conceito de moral no indivíduo tem sua profundidade e sustentação respaldadas por inúmeros estudiosos que o sucederam. A originalidade de suas pesquisas (fazendo uso de jogos), a abrangência das análises que vão desde o acesso ao conhecimento humano passando pela discussão acerca da autonomia e da liberdade, além da articulação da moralidade com os demais aspectos do universo psicológico, são características de seu estudo que ilustram bem o enorme poder que sua teoria alcança nos nossos dias.



Para Piaget o conhecimento não parte nem do sujeito nem do objeto, mas da interação indissociável entre eles, para avançar daí na dupla direção de uma exteriorização objetivante e de uma interiorização reflexiva.

Na sua obra não se mostra alheio às influências das interações sociais, colocando-as como propiciadoras do desenvolvimento. A ideia de que negligenciou o papel dos fatores sociais no desenvolvimento não é verdadeira. De fato, não foram enfatizados pontos como classes sociais, sistema econômico e escolarização. Sua atenção não incidiu sobre condicionantes sociais. Piaget pensou o social e sua influência sobre os indivíduos à luz da Ética, o que representou uma grande riqueza para as ciências humanas, apesar de sua teoria limitar algumas discussões sociológicas mais profundas.

Buscando respostas para seus questionamentos epistemológicos é que Piaget estuda tanto a razão teórica quanto a razão prática, seguindo a tradição Kantiana.

A teoria da razão de Kant deu a Piaget a possibilidade de desenvolver estudos sobre a razão prática. Partilhando com Kant quanto às possibilidades da razão conhecer também o mundo moral, viu na investigação acerca da gênese da razão que era possível e necessário estudar-se o pensamento moral e a formação de suas categorias de forma experimental.

Para Piaget, dizer que o homem é um ser social não satisfaz. O que importa é como esse social influencia no desenvolvimento. Ele diz que a experiência social e o conhecimento sobre o ambiente social são adquiridos através da ação do sujeito da mesma maneira como são atingidos os conhecimentos físicos e lógicos. Assim, o conhecimento social é construído de acordo com os níveis de desenvolvimento. A construção da lógica ocorre paralelamente ao processo de desenvolvimento social.

O desenvolvimento social parte de um nível mínimo para um nível máximo de socialização, semelhante

ao desenvolvimento cognitivo. O grau máximo do ser social é consolidado no conceito de personalidade, que se relaciona à aceitação do sujeito de modo autônomo, das leis de reciprocidade, passando a apresentar consciência dos limites de sua perspectiva individual. A qualidade das trocas sociais é que caracteriza o nível de sociabilidade do sujeito, que apresenta um alto grau quando suas relações intersubjetivas são marcadas por um equilíbrio semelhante ao das estruturas cognitivas, isto é, o nível mais alto de desenvolvimento social, denominado cooperativo, corresponde ao nível operatório-formal,<sup>4</sup> no qual ocorre o grau máximo de socialização do pensamento, que é caracterizado pela passagem do plano de operações concretas para o das ideias e hipóteses, bem como pela ruptura com dogmas e imposições para a ênfase na discussão e no controle mútuo de argumentos e provas.

Apesar da cooperação ser característica do nível operatório-formal, ela vem se desenvolvendo desde as etapas iniciais da socialização infantil, já que as relações sociais vão se construindo e tornando-se cada vez mais complexas. No primeiro período do desenvolvimento psicogênico, a percepção e o movimento é que possibilitam a conquista do mundo prático, e somente ao final dele a criança começa a diferenciar sujeito e objeto, fundamental para a saída do egocentrismo radical.<sup>5</sup>

O aparecimento da capacidade de simbolizar aperfeiçoa as relações sociais, visto que recursos como a linguagem e o jogo simbólico possibilitam grande progresso nas relações com os outros. Esse avanço, embora bem representativo, não possibilita ainda o pensa-

---

<sup>4</sup> Piaget vê a evolução da inteligência humana ocorrendo em quatro estágios: o sensório-motor, o pré-operacional, o operatório-concreto e o operatório-formal.

<sup>5</sup> Para Piaget a criança parte de um egocentrismo que se reflete fortemente inclusive na forma de perceber o mundo e evolui na capacidade de interagir com os outros e de perceber que existem diferentes formas de ver e pensar o mundo.

mento mais flexível, já que no período pré-operacional ele ainda é bastante egocêntrico, não havendo conservação e reversibilidade. A heteronomia prepondera no pensar e no agir.

Já com as operações mentais ocorre a entrada no operatório-concreto, em que as trocas sociais de qualidade começam a se desenvolver, torna-se possível o desenvolvimento da subjetividade e, em consequência, da autonomia e da cooperação, que somente com a lógica formal no período operatório-formal vão ser consolidadas.

A coação social se dá, segundo Piaget, quando a relação entre sujeitos é marcada pela autoridade e pelo prestígio, não havendo troca igual entre eles. As relações coercitivas dificultam, de modo geral, o desenvolvimento das operações mentais, pois levam à permanência de dogmas, crenças e superstições, empobrecendo as relações sociais e, acima de tudo, alimentando o egocentrismo.

Estudando as regras dos jogos infantis, a mentira e o ato de roubar em crianças, Piaget desenvolve sua teoria sobre como é construída a consciência moral infantil e como se desenvolvem as ideias da criança em relação às normas e a justiça. Ele propõe estágios para a evolução destes processos, como veremos mais adiante. Do ponto de vista da obediência às regras e à autoridade, o realismo moral caracteriza-se pela imposição das regras pelo adulto, pela ênfase no espírito das regras e pela concepção objetiva de responsabilidade.

Analisando os resultados obtidos em suas pesquisas experimentais, Piaget classifica em duas fases fundamentais a formação da consciência moral na criança: a heteronomia e a autonomia.

A moral de coação ou heteronomia caracteriza-se por seu realismo moral: os deveres são vistos como coercitivamente impostos, devendo ser cumpridos sem questionamentos e sem relativizações, e avaliados através das consequências objetivas das ações. A coação moral é marcada pelo respeito unilateral, isto

é, uma norma é respeitada por obrigação moral e sentimento de dever: deve-se seguir a norma por ser uma norma, obedecer por obedecer.

O realismo moral é tanto uma característica do desenvolvimento infantil, como também produto da coação adulta. Piaget faz uma forte análise das relações entre pais e filhos e afirma que na maioria das vezes são mediadas por exigências a serem cumpridas pelos últimos. Essas atitudes paternas de impor deveres a serem cumpridos e penas se não o forem enfatizam a responsabilidade objetiva, cujos caracteres são naturais ao pensamento infantil.

Piaget é bastante firme em relação ao incentivo ao realismo moral produzido pelas imposições paternas, em sua maioria, ou de outras pessoas que também exercem autoridade sobre a criança, como professores, por exemplo. Parece que as próprias atitudes dos adultos que se relacionam com as crianças propiciam os comportamentos infantis que tanto eles querem mudar, pois pressupõem a obediência irrestrita às regras colocadas e tidas como inquestionáveis. Diz Piaget: “É nessa coação de gerações umas sobre as outras que é preciso, evidentemente, procurar a razão do desenvolvimento e da persistência do realismo moral.”

Piaget encontrou apoio para essas concepções heterônomas da moral na teoria de Durkheim que pressupõe a submissão do sujeito às regras sociais. Embora para Durkheim essa atitude de sujeição às normas da sociedade seja vista como autônoma (já que o sujeito vê nela a mais adequada). Piaget discorda e diz serem essas normas baseadas na opressão e na repressão, ou seja, na heteronomia. Nesse sentido, ele foi influenciado por Bergson, no conceito de moral fechada, na qual não há criação e inovação, mas repetição e adequação aos padrões estabelecidos.

A moral autônoma se justifica pelo fato dos deveres e das regras serem avaliadas e, caso necessário, mudados e reavaliados. Ocorre interpretação subjetiva e consideração das intenções das ações e não só de

seus efeitos objetivos (o sujeito não se conforma às pressões exteriores). O sentimento de justiça que, na moral heterônoma não é diferenciado da autoridade das leis, baseia-se em um sentimento autônomo, não possuindo relação direta com as regras e ordens.

Para a autonomia ser característica das relações interindividuais é imprescindível que sejam mediadas pela reciprocidade e oriundas de trocas sociais cooperativas e dialogais para inovar e possibilitar o desenvolvimento da personalidade.

Entre o estágio da heteronomia e da autonomia, a criança passa por um período de transição entre a rigidez e a flexibilidade no cumprimento e atendimento de regras e normas. Apesar de já haver um aprimoramento no entendimento das regras e no modo de lidar com elas, a criança centra-se entre as imposições exteriores e a intencionalidade das ações como juízo de valor. A pessoa só irá atingir a autonomia moral com o advento da reciprocidade que caracteriza o estágio posterior.

Assim, Piaget estabelece as seguintes fases na gênese da consciência moral: pré-moralidade, heteronomia, semiautonomia e autonomia. Deve-se destacar que todo trabalho piagetiano em relação à moral situa-se no campo do juízo moral, não chegando a analisar (não era seu objetivo) a ação moral.

## **A Heteronomia**

O termo heteronomia, usado em oposição ao termo autonomia, representa a força social que atua no indivíduo através da memória e da cultura que preserva por meio do processo de coação moral os valores que a sociedade acredita serem importantes para o funcionamento das relações sociais.

Uma crítica feita à teoria da evolução do conceito de moral de Jean Piaget é a visão evolucionista de seus estudos. Na sua concepção todas as pessoas, apesar de em diferentes períodos de tempo, têm o po-

tencial de chegar à fase final da formação do conceito de moral, que seria a autonomia, quando o sujeito atinge a sua maturidade moral, pode fazer uso de trocas sociais de qualidade.

Diante dessa visão de Piaget, como poderíamos explicar o fenômeno que assistimos em nossos dias, no qual as pessoas parecem ficar a cada dia mais ego-cêntricas, voltadas quase que exclusivamente para si e seus interesses?

Recorrendo a teoria freudiana, poderemos ter alguma luz a mais para avaliarmos este fenômeno. Para Freud, o conceito de moral da pessoa humana está vinculado não a regras sociais externas, mas sim a um desejo interior que se apresenta em forma de pulsão (instinto), confrontando as normas sociais que foram incorporadas pelo sujeito (Superego). O respeito a este instinto, chamado de ID, evita a formação de tensões que gerariam desconforto psíquico.

Na sua teoria, Freud contrapõe Piaget ao demonstrar que não é natural a evolução no sentido da aceitação da norma social, muito pelo contrário, geralmente a ordem social contrapõe-se frontalmente ao desejo, que terminará sempre de alguma forma tendo que ser satisfeito pelo indivíduo. Quanto mais autônomo for mais o sujeito conseguirá satisfazer seus desejos sem traumas para si ou para os que convivem com ele.

Seria um engano pensar que a teoria freudiana pretende respaldar este aparente retrocesso ao ego-centrismo observado na sociedade atual onde parece vigorar a lei do *levar vantagem em tudo*. O que Freud fez foi estudar o funcionamento do inconsciente humano tendo sempre em mente que é no social que o fenômeno se desencadeia. Na sua teoria foram estudados além de conceitos de juízo moral, a ação moral e a estrutura das sociedades capitalistas e comunistas, por acreditar que o homem é um ser biopsicossocial.

Na sua crítica ao Capitalismo Freud antecipa muitos dos conflitos sociais hoje vivenciados. Esse sistema

econômico é criticado por enfatizar o binômio acumular/consumir, que permite fazer um paralelo com a fase anal da evolução da personalidade humana cuja ênfase está em controlar e liberar. Essa semelhança talvez seja a grande responsável pelo fato de que, por mais que o sistema seja desumano e as pessoas percebam que é um modelo injusto, seja tão difícil para a maioria acreditar num modelo alternativo para a sociedade.

Uma outra crítica levantada é que esse modelo social, ao superexaltar o direito à individualidade, encontra-se respaldado no egocentrismo infantil ainda presente em todos, mesmo nos adultos. Esta ênfase exagerada na individualidade é que estaria gerando muitos dos problemas que tornam a sociedade capitalista, e agora neoliberal, doente, pois termina impossibilitando que valores solidários, característicos das pessoas que conseguem romper com o egocentrismo e atingir a personalidade adulta, vigorem.

Uma sociedade doente impossibilita que a pessoa humana atinja a maturidade gerando fixações em fases anteriores. Esta observação é válida seja analisando do ponto de vista freudiano ou do piagetiano.

Respaldada em uma ética neoliberal, o sistema vigente ao mesmo tempo que em sua essência fortalece e favorece o individualismo e o egocentrismo, cria leis cada vez mais rigorosas para controlar esta sociedade de egocêntricos.

## **A Autonomia**

O conceito de autonomia é chave na modernidade. Em sua origem grega significava a meta das cidades-estados de determinar suas questões próprias, de forma independente. Na modernidade, na época das guerras de religião, ela exprimia a pretensão de uma autodeterminação religiosa-confecional. Kant o introduziu na esfera da reflexão filosófica e através disto lhe deu a determinidade de exprimir aquilo que o homem tem de mais próprio e que, assim, o distingue dos de-

mais seres. Autonomia significa, a partir de então, a capacidade e a tarefa que caracteriza o homem como homem, ou seja, de autodeterminar-se e de autoconstruir-se em acordo com as regras de sua própria razão.

O homem só é verdadeiramente homem na autonomia, para tanto, é necessária a supressão de toda forma de heteronomia. Somente assim será possível a conquista da humanidade do homem.

Na atuação do sujeito no mundo é que a autonomia se expressa. Nesse contexto a intersubjetividade está sempre presente, pois não estando só no mundo há sempre que haver no processo de atuação social a mediação do direito individual ambicionado pelo que desejamos e o direito dos demais. O limite entre estas atuações implica num processo de domínio da autonomia pelo indivíduo e uma personalidade com maturidade para não temer o contato com o outro.

Em relação ao outro, o domínio da autonomia impele-nos a lutar para afastar tudo aquilo que proíbe o crescimento do próximo, e de trabalhar para que existam as condições fundamentais para que cada ser humano se realize. Não é assumir a responsabilidade de fazer tudo pelo outro, mas de fazer tudo para que o outro se faça a si mesmo.

A autonomia nos responsabiliza por lutar pela ampliação das oportunidades da realização humana e contribuir para que o outro descubra sua posição no mundo e tenha possibilidade de concretizar seu projeto pessoal através da opção consciente, do diálogo, da organização comunitária e do esforço criador.

O domínio da criticidade é também importante, visto que levará as pessoas a compreenderem a estrutura de organização da sociedade e a acreditarem na capacidade da pessoa humana em superar seus contrastes tornando o mundo um lugar onde se possa ser feliz e conviver em harmonia solidária.

A sociedade capitalista subjogou todos os demais valores humanos em troca da priorização absoluta do capital. Em nome do dinheiro, que se expressa atra-



vés da valorização do acumular sempre para consumir mais, a sociedade incorporou uma ética desumana e exploratória, cuja natureza é aética.

Na sociedade capitalista neoliberal a maior expressão de perda do caráter ético está na relação capital-trabalho. Qualquer pessoa sabe que onde há exploração e baixos salários não se pode ter uma sociedade justa, e é no trabalho humano, onde o sujeito mais se relaciona com o mundo e com o outro, que a exploração se faz mais presente. Hoje não se discute mais apenas a questão da alienação do trabalhador, que tanto preocupava Marx, mas sim seu direito a ter um trabalho nesse mundo globalizado, onde existem quase um bilhão de desempregados.

O trabalho, quando presente e abrindo espaço para a elaboração criadora, pode tornar-se uma forma riquíssima de expressão da subjetividade humana no mundo, por ser motivo de transformação social e processo de realização do ser humano.

A essência subjetiva humana pode ser concebida no trabalho; num trabalho oposto ao alienado, no trabalho criador, consciente e livre. Marx viu a essência do trabalho humano com os olhos de um artista. O trabalho para ele deve espelhar a atividade artística: uma expressão da criatividade e da inteligência humanas, que possibilite a transformação da natureza, constituindo-se em fonte de prazer e alegria.

No mundo atual, e da forma como as relações de trabalho estão constituídas, são poucos os que podem participar efetivamente da alegria do trabalho. Há um trabalho maldito e sofrido.

O trabalho vem transformando o trabalhador em mais uma mercadoria, perfazendo com que ele assim, a sua capacidade de ser sujeito das situações. Manipulado no universo do trabalho, manipulado no mundo do consumo, o homem vai perdendo sua humanidade. Na sociedade capitalista, o dinheiro ocupa o centro das atenções. Uma pessoa vale pelo dinheiro que possui ou pelo que produzir.

Por não conseguir atingir a crescente “competência social” exigida, o trabalhador expõe-se a situações de estresse, cada vez mais constantes no nosso cotidiano. Esse estresse social vai mais além: cria uma concepção de mundo levando o sujeito a uma ansiedade de produção onde a busca pela perfeição em suas habilidades pessoais levam a mesma tensão vivida no trabalho para todos os ambientes sociais de que participa.

Para Sigmund Freud, em seu trabalho intitulado “O mal estar na civilização”, no qual analisa a sociedade e o mundo capitalista, não é somente a divisão do homem em duas classes (proletariado e burguesia) mas também a relação conflituosa do homem como homem que seriam o motor gerador do processo histórico.

Disse Freud: “ Não é apenas material a expropriação do homem, a sua alma é que é verdadeiramente perdida, pois o que se manipula, na verdade, além da estrutura do poder do capital, é o poder da ideologia que aprisiona consciências, chegando a própria essência subjetiva do homem. A ideologia é como uma câmara escura e invertida onde os interesses da classe dominante são tratados como se fossem o interesse geral e necessário da humanidade”.

Analisando o contexto social moderno e cotidiano do homem, percebemos que é estressante. O homem moderno vive estressado pelo tipo de vida que leva nas grandes cidades, por ser um prisioneiro no seu próprio lar e vivenciar o drama de buscar a todo instante os valores sociais criados. Seu Superego ganha cada vez mais força no processo de manipulação, o conflito é uma constante, levando a desajustes na formação da personalidade. Simbolicamente, vive a todo instante suas angústias e tensões: dentro de sua própria casa ele personaliza um ser reprimido, fora dela torna-se objeto manipulado. Seu trabalho é algo necessário, preso a horários, perde o referencial de um tempo para relaxar, pois seu salário muitas vezes não dá nem para sobreviver.

Num mundo de trabalho restrito e competitivo, o homem se perde. A sua civilidade e individualidade não são características tidas como fundamentais (apesar das filosofias administrativas pregarem em seus discursos a ênfase no indivíduo como referencial de gerenciamento moderno); a violência urbana ao mesmo tempo que o violenta, transforma-o em um violentador. Embrutecido, o indivíduo esquece que seu corpo é o prolongamento de sua mente, sua família a extensão de si e de suas emoções. Neste contexto, o homem moderno deixa de "ser humano". Sua subjetividade e seu saber são expropriados em função dos interesses de produtividade e competitividade empresarial.

Diante deste quadro, a família tem sua função repensada como uma forma de resgate da segurança perdida. Mas apesar de representar o desejo de harmonia social que o homem não mais encontra no mundo, a família termina repassando, nas suas relações internas características inerentes a um mundo que rompeu com utopias e se torna cada vez mais pragmático e empírico.

Na vida moderna percebemos que os efeitos provocados pelas condições de vida afetam a dinâmica familiar. A forma como são cobradas as responsabilidades por ocasião do casamento são bastante significativas, uma vez que o casal assume compromissos dos quais não poderá esquivar-se. É a educação, a saúde, o lazer e o trabalho dos indivíduos envolvidos que serão os enfoques das preocupações.

Há uma busca constante pela situação de equilíbrio econômico que expõe os indivíduos a um estado de tensão permanente. A mulher, ao conquistar seu espaço no campo profissional, acaba geralmente por acumular as atividades de mãe e de apoio financeiro na renda familiar. Nessa condição uma das sequelas a que o casal se expõe é o estresse. Outro ponto importante e causador de estresse é o estado de ansiedade e expectativa causado pela expressão da sexualidade.

Numa sociedade de mudanças permeadas pela perfeição das habilidades pessoais, todos buscam atingir as expectativas dos outros. Na relação sexual ocorre também este processo. Há uma busca e um medo constantes em relação a expressão sexual. A ansiedade de rendimento faz, muitas vezes, o indivíduo intelectualizar sua relação na busca de atingir e de levar o companheiro à satisfação. Isto provoca um corte na vivência mais profunda do seu "ser sexualizado".

O papel da família na produção do estresse não pode ser minimizado, uma vez que atua como reprodutora das normas, crenças e valores da sociedade, transmitir a seus membros a necessidade de sucesso, de destaque intelectual e ascensão social.

Isto muitas vezes se apresenta na família através de um clima de competição que se estabelece em especial, entre os pais e no convívio com os filhos. Aspectos como luta pelo poder se fazem presentes na família e isto compromete em muito o desenvolvimento dos indivíduos, já que estão intimamente ligados afetivamente. Esta situação estressante pode atrapalhar a capacitação da personalidade do indivíduo para o enfrentamento criativo do mundo.

A escola também passa por um processo semelhante. Mais que possibilitar ao educando interagir com o mundo de uma forma tranquila, ela tem sujeitoado jovens e crianças a uma situação estressante que pode levá-las próximo a um esgotamento, graças às constantes exigências em se superar para que atinjam níveis que as tornem socialmente superiores.

As relações de poder na escola desencadeiam vários desgastes que podem tornar a convivência na instituição um tormento. Educadores e educandos, vítimas de um mesmo sistema, digladeiam nas salas de aula, para fazerem valer um processo educacional que, na maioria das vezes, não funciona.

A ênfase na memorização também é um fator desestruturador do indivíduo já que é obrigado a as-

similar conteúdos desnecessários à sua própria vida e, portanto, não acarretam fatores motivacionais.

No trabalho, no entanto, é onde ocorre a maior carga de estresse sobre o indivíduo. Nos dias de hoje, além da exigência social pela produção, a todo custo, os indivíduos ainda são levados a fazer escolhas profissionais (quando fazem) buscadas em aspectos mercadológicos e não em motivações individuais, além do evidente permanente medo de perderem o emprego e não mais encontrarem lugar no mercado de trabalho.

Existem vários fatores organizacionais que podem levar o sujeito ao estresse: a má definição das funções, uma gerência superior conflitiva, sobrecarga de trabalho quantitativa e qualitativa, relações pessoais tensas ou hostis, falta de perspectiva de ascensão profissional, além da desorganização de algumas empresas.

Estas instituições — família, escola e empresa — são de grande importância na vida do indivíduo pois, de diferentes formas e em diferentes momentos da vida, atenderão as necessidades humanas de alimentação, proteção, satisfação afetiva, desempenho dos papéis sexuais e a atividade criadora de iniciativa. Daí, quando estas instituições se apresentam de forma pouco “saudável”, o indivíduo fica mais propenso a situações de “doença” .

Com a pessoa humana revalorizada por meio de uma ética universal, nos moldes pensados por Marx, que a coloque como valor maior, e um ambiente social adequado, o estresse não teria outro caminho a seguir a não ser entregar as armas, trazendo como consequência redução da agressividade na sociedade.

Uma reeducação que tenha em vista o controle dos instintos de conservação e um processo de valorização crescente da autoestima, trarão com certeza uma significação maior à vida do indivíduo, facilitaria o diagnóstico antecipado dos conflitos e sua superação.

A busca da intersubjetividade acompanhada de uma dialogicidade podem levar o indivíduo a superar os conflitos hoje sentidos. É palavra de ordem a busca

constante de conhecer a si, em um sentido socrático, e colocar-se no mundo através de todas as formas de organização, sejam comunitárias ou sindicais. No encontro com o outro, encontramos a nós mesmos, desenvolvemos uma consciência autônoma e vivenciamos um espaço democrático na plenitude da palavra. É no convívio com os outros que compreendemos que nossas ideias se enriquecem com as dos demais e, como cúmplices de um mesmo processo, revemos nossos pontos de vista e mudamos de posição sem que isso nos constranja.

A verdadeira superação da ética vigente é possível, mas só poderá ser atingida após um processo de reeducação no qual se consiga superar a ótica reducionista de pensar o homem como produtor – trabalhador para pensá-lo numa perspectiva holística que contemple o ser pleno que ele é, em todas as dimensões, sejam elas vinculadas ao mundo do trabalho ou ao ambiente estético, afetivo e sexual.

Isto só será possível se nos sentirmos capazes de colocar a própria história nas mãos e caminhar rumo a uma nova utopia, para construirmos uma sociedade mais ética e autônoma onde a pessoa humana seja vista como o valor mais fundamental a ser preservado, como desejava Paulo Freire.

A ética que proponho se sente afrontada na manifestação discriminatória [...]; é uma ética inseparável da prática educativa [...]; implica esta ética em uma ruptura com conceitos éticos vigentes que colocam a pessoa humana numa posição acessória e não levam à autonomia.

## Referências Bibliográficas

- BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letraviva, 2000.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

PERGAMUM  
BCCE/UFC

FREIRE, Paulo R. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *Conscientização*. São Paulo: Moraes Ltda, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Marco A. P. *Da consciência ingênua ao pensamento autônomo*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2002.